



# POVOS INDÍGENAS,

**formação de professores e  
educação intercultural:**

diálogos com a lei nº 11.645/2008

Organizadores

**Beleni Saléte Grandó**

**Jonathan Stroher**

**Neide da Silva Campos**



C. PONSECA  
12/03

# **Povos indígenas,**

**formação de professores e educação intercultural:**  
diálogos com a lei nº 11.645/2008



## **EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

### **REITOR**

Prof. Dr. Julio Cesar Damasceno

### **VICE-REITOR**

Prof. Dr. Ricardo Dias Silva

### **DIRETORA DA EDUEM**

Profa. Dra. Larissa Michelle Lara

### **EDITOR-CHEFE DA EDUEM**

Prof. Dr. Carlos Herold Junior

### **CONSELHO EDITORIAL**

#### **PRESIDENTE**

Profa. Dra. Larissa Michelle Lara

#### **EDITORES CIENTÍFICOS**

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozaí da Silva, Profa. Dra. Carolina Laurenti, Prof. Dr. Evandro Luís Gomes, Prof. Dr. José Luiz Parré, Profa. Dra. Kátia Regina Freitas Schwan Estrada, Profa. Dra. Líliam Cristina Marins, Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista, Profa. Dra. Marcelle Paiano, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo, Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

#### **EQUIPE TÉCNICA**

##### **FLUXO EDITORIAL**

Edneire Franciscon Jacob, Glauber Aparecido Yatsuda, Marinalva Aparecida Spolon Almeida, Vania Cristina Scomparin

##### **PROJETO GRÁFICO E DESIGN**

Marcos Kazuyoshi Sassaka, Marcos Roberto Andreussi

##### **DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Gerson Ribeiro de Andrade

##### **COMERCIALIZAÇÃO**

Carlos Henrique Eduardo Constâncio dos Santos, Solange Marly Oshima

Beleni Saléte Grando  
Jonathan Stroher  
Neide da Silva Campos  
**(Organizadores)**

# **Povos indígenas,** formação de professores e educação intercultural: diálogos com a lei nº 11.645/2008

## **Prefácio**

Gersem Baniwa



Eduem  
Maringá  
2022

**Copyright © 2022** para os autores

**Todos os direitos reservados.** Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, dos autores.

**Todos os direitos reservados desta edição 2022** para Eduem.

Todas as informações da obra, como as marcas registradas, os logos, as imagens e quaisquer outros conteúdos utilizados, são de responsabilidade dos autores.

**Revisão textual e gramatical:** Érika Tamashiro

**Normalização textual e de referências:** Érika Tamashiro

**Projeto gráfico/diagramação:** Marcos Kazuyoshi Sassaka

**Capa – imagem:** Claudyo Casares (artista plástico). Título da obra: ‘Brasil 500 Anos’ (12/1999)

**Capa – arte final:** Marcos Kazuyoshi Sassaka

**Fonte:** Source Sans Pro

**Tiragem – versão impressa:** 500 exemplares

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

(Eduem – UEM, Maringá – PR., Brasil)

---

P879 Povos indígenas, formação de professores e educação intercultural : diálogos com a lei nº 11.645/2008 / Beleni Saléte Grando, Jonathan Stroher, Neide da Silva Campos (organizadores). -- Maringá : Eduem, 2022.  
228 p. : il.

ISBN 978-85-86383-14-0

1. Povos indígenas. 2. Educação intercultural. 3. Professores – Formação. 4. História – Ensino. 5. Cultura afro-brasileira. 6. Cultura indígena. I. Martins, José Antônio, org. II. Grando, Beleni Saléte, org. III. Stroher, Jonathan, org. IV. Campos, Neide da Silva, org. V. Título.

CDD 21.ed. 370

---

Marinalva Aparecida Spolon Almeida (CRB 9-1094)

Editora filiada à  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



**Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá**

Av. Colombo, 5790 – Bloco 40 – Campus Universitário

87020-900 – Maringá-Paraná – Fone: (44) 3011-4103

[www.eduem.uem.br](http://www.eduem.uem.br) – [eduem@uem.br](mailto:eduem@uem.br)

# Sumário

---

<b>Prefácio .....</b>	<b>9</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>15</b>

## Parte I

**FORMAÇÃO-AÇÃO-INTERCULTURAL:**  
da pesquisa à ação sobre a história e cultura indígena

### 1

**A formação-ação-intercultural do Coeduc: a construção da proposta metodológica e do grupo-pesquisador na formação de professores em Cuiabá-MT**

Beleni Saléte Grando, Jonathan Stroher, Neide da Silva Campos..... 29

### 2

**Os contextos de produção dos conhecimentos sobre a história e cultura indígena: indícios para pensar a formação-ação-intercultural**

Beleni Saléte Grando, Jonathan Stroher, Stephany Paipilla Fernández, Evelyn Marah Tomaz Ojeda, Sueli de Fátima Xavier Ribeiro, Nilzalina da Silva Chaparro ..... 57

### 3

#### **Os caminhos metodológicos desenvolvidos no grupo de pesquisa Coeduc: a experiência dos grupos áulicos na formação-ação-intercultural do Ikuia-Pá**

Beleni Saléte Grando, Cleiton Jurandir da Costa, Itamara dos Anjos Oliveira, Neide da Silva Campos, Nilzalina da Silva Chaparro ..... 73

### 4

#### **Formação-ação-intercultural: reflexões sobre a exposição itinerante do patrimônio imaterial mato-grossense**

Beleni Saléte Grando, Sandra Regina Braz Ayres, Cristhian Vergílio Miranda da Silva, Raimundo Nonato Assunção Viana, Nilzalina da Silva Chaparro, Bruno da Silva Viana ..... 93

### 5

#### **A formação Ikuia-Pá na perspectiva dos participantes**

Beleni Saléte Grando, Edilaine Patrícia da Silva Neves, Leures Athaide da Silva, Crisller Cristina Soares Carioca, Bruna Maria de Oliveira, Nilzalina da Silva Chaparro..... 109

## Parte II

### Experiências pedagógicas para a inclusão da história e cultura indígena

### 6

#### **Iniciação à docência na educação infantil: desafios e avanços acerca da temática indígena**

Nicoli Marchiori Soares, Gregory Wender Ribeiro Pedroso, Saulo Kuster, Stephany Castro de Freitas, Juliana Guimarães Saneto ..... 129

## 7

### **Representações indígenas em cadernos escolares na alfabetização – questões para a lei nº 11645/2008**

Josélia Gomes Neves ..... 149

## 8

### **Os saberes indígenas no espaço escolar: possibilidades pedagógicas de inserção das corporalidades ameríndias na educação física**

Fabício Gurkewicz Ferreira, Lediane Fani Felzk..... 169

## 9

### **Extensão no IFTO: territorialidade e temporalidade indígena akwẽ-xerente e questões do bem viver**

Khellen Cristina Pires Correia Soares..... 193

## 10

### **Experiências interculturais com a lei nº 11.645/2008 na universidade: contribuições para a formação de professores de história**

Carlos Magno Naglis Vieira, Aurieler Jaime de Abreu, Daniele Gonçalves Colman ..... 209

## 11

Sobre os autores ..... 223



# Apresentação

---

A Universidade é um espaço relevante às aprendizagens significativas para a formação étnica e política dos brasileiros e por isso mesmo, neste cenário institucional, os docentes podem privilegiar a inclusão de conteúdos da história e cultura dos povos originários a partir de outras referências epistemológicas e culturais. Espera-se que neste contexto social e político atual que enfrenta os povos indígenas no país, professores e formadores de professores possam superar as limitações do conhecimento colonial que historicamente vem promovendo o genocídio, rompendo com a lógica eurocêntrica e disciplinar que se impõe nos currículos pautados em conhecimentos e práticas hierarquizadas.

A oportunidade da obrigatoriedade de uma legislação brasileira que reconhece como relevante o acesso aos conhecimentos das histórias e das culturas dos povos do Brasil, a lei nº 11.645/2008, que neste ano completa 14 anos e ainda pouco se tem conhecimento de sua efetivação nos currículos escolares, cabe em especial às instituições formadoras de profissionais e professores assumirem seu papel de produtores de novos conhecimentos e práticas educativas que possam subsidiar a escola.

O acesso aos saberes indígenas não é um privilégio, mas uma obrigatoriedade e um direito de todos os brasileiros que perpassam desde a mais tenra idade pelos espaços escolares, pois é neste contexto de socialização e inserção na cultura brasileira que se pode dar visibilidade aos conhecimentos que nos possibilitam compreender quem somos, nossas ancestralidades e referenciais culturais a fim de nos reconhecer como herdeiros de uma nação multiétnica e multicultural. A diversidade é uma realidade reconhecida por todos e comercializada como identidade do país do carnaval e do futebol, que ao mesmo tempo fomenta as ações racistas,

autoritárias, machistas, feminicidas, homofóbicas, que em última instância atingem a vida do povo negro e indígena cotidianamente.

Trazer essa temática indígena em uma coletânea é um ato político neste momento em que demandamos novas práticas sociais; portanto pretendemos multiplicar as práticas exitosas destes autores enquanto potencial de educação intercultural e reconhecimento das nossas heranças ancestrais ameríndias pela educação escolar em todo o país. Na escola, todos os corpos-estudantes e corpos-professores, de diferentes origens étnico-raciais, gênero e sexualidade, condições sociais e econômicas, matrizes religiosas e idades diversas se encontram, e é deste espaço, da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, que trazemos nossas experiências de pesquisa e ação pedagógica para o dialogar com os leitores.

A temática indígena neste contexto não só possibilita conhecer os povos originários que nos deixam marcas nas línguas regionais, nas formas de comer e se ornamentar, nas cidades e locais de encontros com a natureza e o lazer, a musicalidade e a dança, mas também possibilita nos reconhecermos como singulares e ao mesmo tempo como universais, pois nos sentimos atemporais, vinculados aos sentidos humanizadores de todas as sociedades, enfim, nos conecta com o planeta, com todos os humanos e os não humanos.

Nos textos, temos diferentes perspectivas dos saberes autóctones que nos fazem aprender sobre nossa humanidade corpórea ameríndia. Materializado nas práticas pedagógicas interculturais, o corpo ganha visibilidade na escola. Num movimento de aprender com o outro, toma consciência de si no mundo como único ao mesmo tempo em que se reconhece nos outros corpos que trazem consigo as histórias e culturas dos povos indígenas com os quais aprende as formas milenares de viver na América. Com isso, na escola, cada pessoa-corpo adquire centralidade nos processos de aprendizagens não disciplinares que constituem saberes fundamentais de diversos campos de conhecimentos, e nisso, reconhece-se a relevância do ensino da história e cultura indígena, na educação infantil, na educação básica, no ensino médio e no ensino superior.

Ao estudar, no entanto, não faz sentido nos focarmos na ideia de que possa haver uma história e uma cultura indígena no Brasil, pois se são

atualmente 305 formas próprias de se reconhecer como povo indígena, ao estudarmos na perspectiva de que é no corpo que se inscreve a cultura, esta não pode ser única, nem mesmo entre um mesmo grupo étnico.

As 274 línguas (ISA, 2020) diferentes faladas por esses povos originários, as várias formas de viver nos territórios, sejam eles demarcados e legalizados, retomados, recuperados, ressignificados, sejam eles desapropriados e recriados, são evidências muito facilmente identificadas por todos os brasileiros de que esses grupos humanos não trazem nos corpos que são uma única história ou cultura. Com isso, nossa compreensão de inclusão da história e cultura indígena na escola passa pela compreensão sim dos processos históricos vividos pelos povos originários da América do Sul com a chegada dos europeus para exploração econômica, política e religiosa. Mas para chegarmos aos objetivos do que pressupõe a legislação brasileira para a educação das relações étnico-raciais, o ensino que nos conecta ao outro é o que nos possibilita o encontro com ele, aprender com o outro sobre nós mesmos, sobre quem somos e onde vivemos.

Com esse pressuposto, o grupo de pesquisa Corpo, Educação e Cultura (Coeduc), vinculado à Faculdade de Educação Física e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta sua proposta de formação que implica necessariamente no reconhecimento do povo que originalmente nos deixa... ou de quem roubamos o território. O povo indígena a ser estudado é o povo que por muitos séculos, e milênios no caso dos Bororo em Cuiabá, deixa o legado da produção do bem viver com o ambiente entre o Pantanal e o Cerrado. Assim, é deste lugar singular que ouvimos e ensinamos sobre um povo, o povo de quem herdamos o nome da cidade, dos rios e dos contextos que são significativos para a atualidade, e também a forma como falamos a língua brasileira em Cuiabá, ou seja, o Cuiabanês! Essa é uma forma de pronunciar as palavras que só se ouve entre os ribeirinhos da região, mas também por todos os cuiabanos ‘de chapa e cruz’ e os ‘paus rodados’ que aqui fincaram raízes e daqui se identificam com o mundo.

Os textos dos nossos convidados e convidadas para essa coletânea nos dão as dimensões complexas do que os movimentos sociais indígenas reconhecem como a inclusão das histórias e das culturas indígenas na escola.

Aliando-se ao que já havia sido pautado pelos movimentos sociais do povo negro – o povo preto do Brasil –, o que esperamos é que na escola sejam investidas práticas educativas que possam potencializar o rompimento com as práticas racistas, como propõe a lei nº 10.639/2003 atualizada pela lei nº 11.645/2008. Assim, a inclusão da demanda da nossa história do Brasil trazida pelo movimento dos povos indígenas mantém a relevância deste fundamento, o enfrentamento do racismo e a criação de outras práticas sociais.

Com isso, reconhecemos que na escola, ao ser ensinado tanto para a história e cultura afro-brasileira quanto para a indígena, estas devem possibilitar a compreensão de sua pluralidade e multidimensionalidade histórica, considerando os contextos e períodos vividos por cada comunidade tradicional, cada coletividade que se reconhece como grupo étnico no confronto com o colonialismo ocidental, sejam os contextos territórios tradicionais, territorialidades urbanas, ribeirinhas ou campesinas, pois a produção da vida produz memórias dos corpos nestas relações únicas em cada contexto social. Assim, para elaborar um projeto pedagógico, trazemos nossas diferentes formas de problematizar as formações e elaborar nossas experiências educativas compartilhadas neste livro.

Deste modo, os textos aqui reunidos visam fomentar e problematizar as formações dos leitores, especialmente dos educadores de diferentes áreas do conhecimento e seus contextos locais, e que possam efetivar relações mais afetivas que contribuem para o autorreconhecimento das nossas ancestralidades e potencialidades humanas pela diversidade de cada humano, de cada grupo humano.

Nós, como nos faz refletir Ailton Krenak<sup>1</sup>, somos os mais recém-chegados a ocupar o planeta e nossa responsabilidade coletiva implica em pensar novas formas de ‘adiarmos o fim do mundo’. Aprender com os povos indígenas é um ótimo começo, pois significa aprender sobre as concepções e formas de ocupar o mundo dos povos indígenas, cujo conhecimento e humanização pode nos conectar com a natureza para nos conectar conosco mesmos.

---

1 Cf. KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Tendo as instituições formativas assumindo a inclusão da história e cultura indígena no processo de formação para diferentes profissionais, essas ressignificam as histórias e memórias dos próprios brasileiros que em sua grande maioria trazem consigo descendências ameríndias e africanas, que pelo racismo instaurado nas práticas sociais cotidianas são silenciadas. A fim de dar visibilidade e força política às ações empreendidas pelas instituições, grupos de pesquisa e educadores, nesta direção do reconhecer-se ao reconhecer o outro, apresentamos esta coletânea como uma obra que sintetiza os processos formativos assumidos pela Universidade Federal de Mato Grosso para o cumprimento da lei nº 11.645/2008 na rede pública de ensino.

Os capítulos que compõem a Parte I, *Formação-ação-intercultural: da pesquisa à ação sobre a história e cultura indígena*, resultam dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Corpo, Educação e Cultura (Coeduc/UFMT), que se reúne semanalmente com estudantes e professores de diferentes formações acadêmicas. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, o grupo-pesquisador analisa dados das ações de formação desenvolvidas pelo Coeduc a fim de aprofundar metodologias e avaliar as práticas pedagógicas como uma ação do projeto de pesquisa “Formação-ação de professores e a educação do corpo na promoção da educação intercultural para as relações étnico-raciais em Mato Grosso”, que possui registro e aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso, sob o CAAE nº 13614419.9.0000.5690, atendendo às questões éticas do desenvolvimento da pesquisa.

O grupo-pesquisador apresenta neste livro os resultados da pesquisa coletiva desenvolvida com a formação contínua realizada em 2018 pelo Coeduc em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá, a fim de atender à especificidade da lei nº 11.645/2008 que torna o ensino da história e cultura indígena na escola obrigatório. Com experiências anteriores assumem a ação como uma oportunidade para a compreensão dos processos formativos, as opções metodológicas que melhor respondem aos princípios da educação intercultural crítica, e com isso realizam uma ação investigativa que passa a ser objeto de pesquisa para o grupo ao mesmo tempo em que o constitui como ‘grupo-pesquisador’. Este, participante da pesquisa em ação, desde a concepção da formação dos educadores da Educação Infantil, da

ação formativa até a organização e sistematização dos dados, apresenta os resultados que podem auxiliar na compreensão da relevância da temática indígena na escola e alguns princípios fundamentais para a transformação das práticas pedagógicas, em sua perspectiva interdisciplinar e intercultural.

Os estudos foram realizados em 2019 na proposição metodológica do Coeduc, a ‘formação-ação-intercultural’, organizando o grupo-pesquisador em grupos áulicos com mediações formativas que possibilitaram a construção das categorias, a análise e discussão dos resultados da pesquisa para apresentarmos nesta obra, em quatro textos sínteses. Os textos foram organizados a partir de sistematizações assumidas por pessoas de forma a cada uma contribuir com uma parte da obra e assim, socializamos os conhecimentos que foram tecidos por meio dos encontros presenciais e virtuais em que cada participante trouxe, a partir de suas experiências acadêmicas e sensibilidades corpóreas, reflexões singulares para qualificarem juntas a compreensão do processo de formação desenvolvido e também em desenvolvimento no próprio grupo de pesquisadoras e pesquisadores.

Assim, o projeto formativo apresentado e discutido como ‘Ikuia-Pá’ compõe esta coletânea, que é organizada em duas partes. A primeira com a experiência do grupo de pesquisa Coeduc e, a segunda, com as suas parcerias, que trazem as experiências de formações e de práticas pedagógicas desenvolvidas em outras instituições formadoras, outros estados e realidades dialógicas potencializadas pelos autores-pesquisadores para a inclusão da história e cultura indígena na educação escolar, nos currículos e também como intercâmbios de saberes e perspectivas do viver e do bem viver com os povos indígenas.

O primeiro artigo, de autoria dos pesquisadores Beleni Saléte Grando, Jonathan Stroher e Neide da Silva Campos, apresenta a perspectiva teórico-metodológica a partir da ‘formação-ação-intercultural’, a metodologia criada no e com o grupo-pesquisador como exercício permanente de pesquisa em ação com diferentes recortes de estudo e grupos sociais populares e de educadores. Diante desses princípios que orientam e pautam as ações coletivas e formativas, os autores nos convidam a uma imersão histórica através das experiências formativas do grupo-pesquisador a partir do ensino da história e cultura do povo Bororo.

Posteriormente, o segundo artigo elaborado pelo coletivo de autores do grupo-pesquisador do Coeduc apresenta os dados relacionados ao Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizados na formação Ikuia-Pá. Os autores se pautam em cinco categorias de análise: Cotidiano escolar, Ensino superior, Exercício da docência, Formação continuada, e outros contextos de formação. Essas categorias permitiram acessar e refletir sobre quais os conhecimentos que os profissionais participantes da formação traziam, a fim de melhor organizar as ações formativas.

No terceiro artigo, o grupo-pesquisador discute os dados da metodologia proposta que se organiza de forma conflitiva e intencional para quebrar as hierarquias presentes nas instituições escolares e ao mesmo tempo promover o deslocamento dos lugares sociais de quem ensina e quem aprende. Trata-se de analisar com os dados sobre os grupos áulicos organizados como estratégia metodológica propositiva da mediação intercultural.

No texto seguinte analisamos os dados sobre a experiência vivenciada de forma dialógica em visita à Exposição Itinerante do Patrimônio Imaterial Mato-Grossense. Neste espaço-tempo do corpo-educador da primeira infância, as mulheres e homens participantes da formação vão ao encontro com a cultura e arte Bororo, mediada por pesquisadores e estudantes indígenas. Neste texto, as contribuições são para a compreensão dos sentidos e significados do estranhamento da cultura do outro que é vivenciada no contato próximo com os artefatos e com a cosmologia e a produção do mesmo de forma afetiva e corpórea com o Bororo.

No último artigo da primeira parte o coletivo de autoras pauta as avaliações do final do processo formativo, quando problematizam as diferentes fases do trabalho, a metodologia e as questões étnico-raciais que perpassam o trabalho com a história e cultura Bororo. O Projeto Ikuia-Pá, que objetivou a formação-ação-intercultural, discute e busca entender as limitações das formações iniciais e também as que desenvolvemos como formações contínuas, tensionando as compreensões dos participantes das formações para novas proposições.

Na Parte II, *Experiências pedagógicas para inclusão da história e cultura indígena*, com propósito de dar visibilidade acadêmica às experiências com a formação e a implementação da lei nº 11.645/2008, trazemos diferentes

instituições de ensino superior, considerando os contextos de Rondônia (Ifro, Unir), Mato Grosso do Sul (UCDB), Tocantins (IFTO) e Espírito Santo (Ufes), que evidenciam a relevância de reunirmos redes de estudos em intercâmbios acadêmicos institucionais em nível nacional. Nesta parte, iniciamos com a experiência na Educação Infantil, passamos para a pesquisa com o Ensino Fundamental, pelo projeto pedagógico interdisciplinar com o Ensino Médio técnico, para apresentar duas experiências pedagógicas com o Ensino Superior, uma pela extensão e outro como disciplina curricular presente em diferentes cursos de graduação.

Assim, o artigo de autoria de Nicoli Marchiori Soares, Gregory Wender Ribeiro Pedroso, Saulo Kuster, Stephany Castro de Freitas e Juliana Guimarães Saneto, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid/Capes) em uma escola de Educação Infantil de Vila Velha, é um exemplo relevante de como a Universidade tem um papel fundamental na formação em ação que articula o ensino, a pesquisa e a extensão com a educação escolar, desde os primeiros anos de socialização das crianças. Com os estudantes, as questões étnico-culturais e a lei nº 11.645/2008 são uma oportunidade articulada aos estudos das diretrizes curriculares e conceitos caros para a problematizar e propor novas práticas pedagógicas, como um espaço relevante para a formação dos futuros professores em diálogo com a realidade do campo de trabalho. A experiência perpassa pelos estudos do currículo da Educação Física com a experiência da pesquisa participante e procedimentos que são fundamentais para a formação do professor e do pesquisador para ‘investir em práticas pedagógicas inovadoras – pautadas no campo da experiência corporal’ – fortalecendo o envolvimento dos estudantes com questões étnicas e o respeito às diversidades, tanto para o reconhecimento dessas na universidade quanto nos espaços de intervenção pedagógica, na escola.

Com sua experiência de sete anos discutindo a materialização da temática indígena nas escolas, a pesquisadora Josélia Gomes Neves, vinculada ao Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia da Universidade Federal de Rondônia, campus de Ji-Paraná (GPEA/Ufro), apresenta em seu artigo contribuições relevantes ao analisar as representações indígenas presentes em cadernos escolares de escolas públicas de alunos que estão em processo de alfabetização, correspondentes do 1º ao 3º anos do Ensino



Fundamental em Ji-Paraná. Os dados foram produzidos a partir de 25 cadernos escolares, e os resultados da investigação apontam que a prática educativa, consolidada pelas atividades, expressa ‘textos e imagens com informações desatualizadas e equivocadas’. As análises também sinalizam algumas experiências presentes nos cadernos que evocavam outras perspectivas do ensino da história e cultura dos povos indígenas.

Com a percepção dos limites para atender a lei nº 11.645/2008 no contexto da escola, o texto de autoria de Fabrício Gurkewicz Ferreira e Lediane Fani Felzke apresenta o resultado de uma pesquisa que evidencia os limites da implementação de políticas públicas pela falta de ‘capacitação de professores e materiais didáticos’. Constando que muitas vezes a falta de ‘subsídios teórico-práticos’ acaba influenciando os professores a compreender e apresentarem proposições pedagógicas na escola, os autores propõem a pesquisa voltada à construção de uma proposta pedagógica interdisciplinar no Instituto Federal de Rondônia, levando professores e estudantes a acessarem conhecimentos sobre a corporalidade indígena, articulando-a à perspectiva da educação intercultural numa turma de ensino médio do curso de informática no ano de 2019. O contexto da cidade é Ji-Paraná, cuja história é marcada pela presença indígena e os processos coloniais de ontem e hoje. Neste cenário, o projeto pedagógico exitoso articulado pela Educação Física e o eixo temático da corporalidade integram professores e professoras das disciplinas de Filosofia, História, Língua Espanhola, Língua Portuguesa, Química e uma disciplina específica do curso técnico em informática denominada Redes. Os autores nos apresentam os referenciais das corporalidades indígenas e da educação intercultural e a produção de material didático produzido no processo que contribuirá de forma significativa para o desenvolvimento de novas proposições pedagógicas no país, especialmente neste momento em que todos devem se comprometer com o reconhecimento e a valorização da vida indígena, como afirmam os autores, sobretudo na atual conjuntura política que vem atacando efetivamente os direitos constitucionais e avanços da exploração e invasão de territórios que fragilizam cotidianamente a vida coletiva nas aldeias.

Na sequência, a pesquisadora Khellen Cristina Pires Correia Soares discorre sobre a experiência pedagógica e cultural desenvolvida com estudantes do Instituto Federal de Tocantins junto aos Akwẽ-Xerente a fim

de conhecer e discutir as relações entre territorialidade e o bem viver a partir da vivência intercultural pela extensão. Segundo a autora, o desafio era a desconstrução de um pensar produtivo da vida pela ciência ocidental em diálogo com o modo de viver indígena, sua cosmovisão e perspectivas do viver o território a fim de fomentar outras possibilidades epistemológicas que tensionem as relações entre cultura, ambiente, processos sociais, desenvolvimento, diversidade e cidadania no contexto amazônico de Tocantins.

O texto de autoria de Carlos Magno Naglis Vieira, Aurieler Jaime de Abreu e Daniele Gonçalves Colman tem por referência experiências na formação de professores no curso de história, em especial da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), cuja trajetória dialoga com a tradição institucional com a formação contínua e também inicial de professores e pesquisadores indígenas em nível de graduação, mestrado e doutorado. Desse diálogo intercultural privilegiado, os autores buscam nos apresentar o que chamam de ‘possibilidades inter/multiculturais de disciplinas que são amparadas e atravessadas pelo conteúdo da lei nº 11.645/2008 no currículo do curso de licenciatura em História’. A proposição foi experienciar o conviver na escuta do outro com encontros entre estudantes indígenas, negros e os demais que na universidade circulam pelas disciplinas. A convivência possibilitou reflexões sobre ‘pensamentos hegemônicos eurocentrados’ que perpassam os conteúdos e as práticas pedagógicas provocando professores e estudantes a reverem preconceitos enraizados e promover na experiência “afetamentos pelos saberes ‘outros’ que circulam na universidade” (Grando, Stroher, Campos, 2022, p. 217).

Com essa coletânea, apresentamos pesquisas e experiências desenvolvidas em diferentes instituições de ensino de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Espírito Santo, que buscam novas formas de aprender a ensinar a partir das epistemologias ameríndias. Aprender com os povos indígenas é assim, para além de uma obrigatoriedade legal para reverter os processos coloniais e opressores no país, uma forma de levar professores e estudantes ao encontro do que é mais humano em nós, a nossa dependência do outro para ser quem somos e nisso a corresponsabilidade com o outro como responsabilidade consigo mesmo. Ao acessar outras histórias e formas de viver da

## APRESENTAÇÃO

contemporaneidade e reconhecer a atualidade das culturas indígenas para o bem viver, nos mobilizamos a rever as perspectivas e verdades que sustentam nossas práticas sociais cotidianas que excluem e fragmentam pessoas e grupos sociais, que impedem o desenvolvimento de suas potencialidades criativas, humanas e nisso, o próprio desenvolvimento de nossa humanidade.

Desejamos uma ótima leitura!

Em tempo de pandemia

Beleni Saléte Grandó

Jonathan Stroher

Neide da Silva Campos

## Referências

GRANDO, B. S., STROHER, J., CAMPOS, N. da S. (org.). **Povos indígenas, formação de professores e educação intercultural**: diálogos com a lei nº 11.645/2008, Maringá: Eduem, 2022.